

Rendimento e Condições de Vida 2019 (Dados provisórios)

O risco de pobreza situou-se em 17,2%

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2019 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 17,2% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2018, menos 0,1 ponto percentual (p.p.) que em 2017. A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2018, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 6 014 euros anuais (501 euros por mês, mais 34 euros que no ano anterior).

A redução do risco de pobreza abrangeu em particular os menores de 18 anos, de 19,0% em 2017 para 18,5% em 2018, e a população idosa de 17,7% para 17,3%. Apesar da redução do risco de pobreza infantil, em 2018 a presença das crianças num agregado familiar continuava a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sobretudo no caso dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,9%) e naqueles constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (30,2%).

De acordo com o indicador que conjuga as condições de risco de pobreza, de privação material severa e de intensidade laboral *per capita* muito reduzida, 2 215 milhares de pessoas encontram-se em risco de pobreza ou exclusão social em 2019. A taxa de pobreza ou exclusão social é de 21,6%, idêntica à registada no ano anterior.

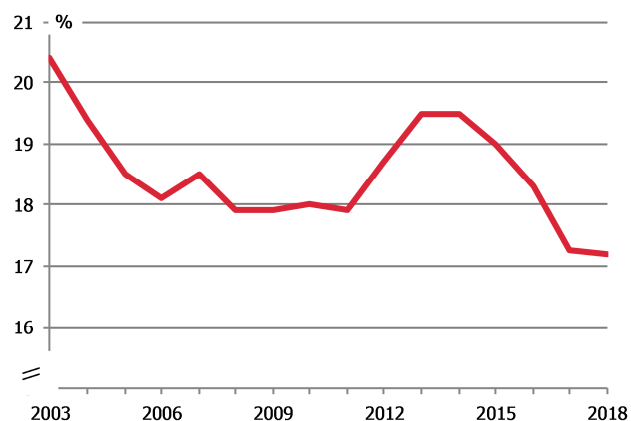
17,2% da população em risco de pobreza em 2018

Os resultados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado em 2019 sobre rendimentos do ano anterior, indicam que 17,2% dos residentes estavam em risco de pobreza em 2018, mantendo-se a tendência para a redução do indicador (menos 0,1 p.p. que em 2017 e menos 3,2 p.p. que em 2003).

A taxa de risco de pobreza em 2018 correspondia à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos anuais por adulto equivalente inferiores a 6 014 euros (501 euros por mês). Este limiar, ou linha de pobreza relativa, corresponde a 60% da mediana

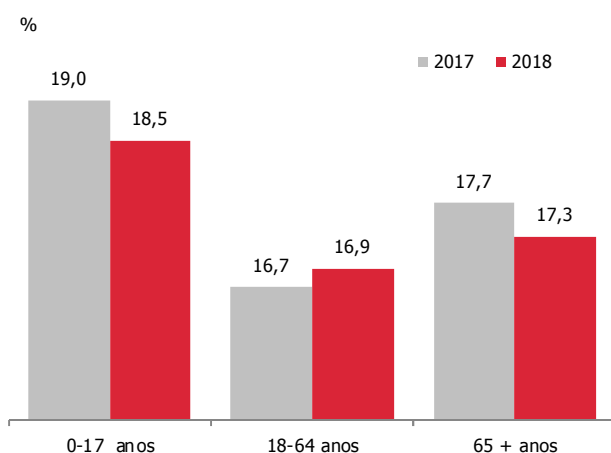
(10 023 euros) da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes.

Figura 1. Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, Portugal, 2003-2018



A redução do risco de pobreza abrangeu em particular os menores de 18 anos, de 19,0% em 2017 para 18,5% em 2018, e a população idosa, de 17,7% para 17,3%. A taxa de pobreza para os adultos em idade ativa foi de 16,9%, mais 0,2 p.p. que em 2017 (16,7%).

Figura 2. Taxa de risco de pobreza segundo o grupo etário, Portugal, 2017-2018

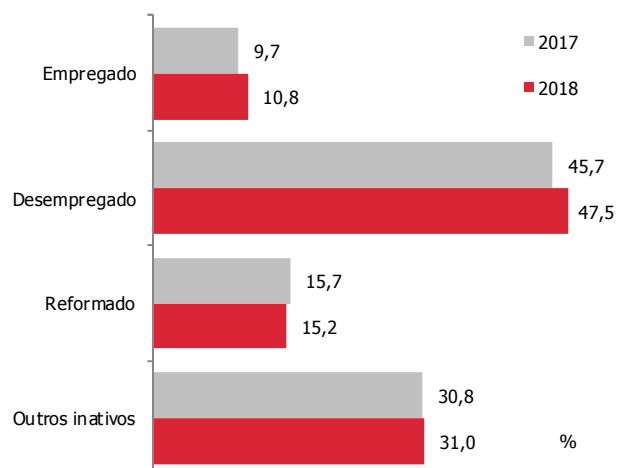


Em 2018, o risco de pobreza para as mulheres reduziu-se em 0,1 p.p., de 17,9% em 2017 para 17,8% em 2018, tendo-se mantido no caso dos homens (16,6%).

O risco de pobreza diminuiu para os reformados mas aumentou para empregados e desempregados

O risco de pobreza para a população empregada foi de 10,8% em 2018, mais 1,1 p.p. que no ano anterior.

Figura 3. Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal, 2017-2018



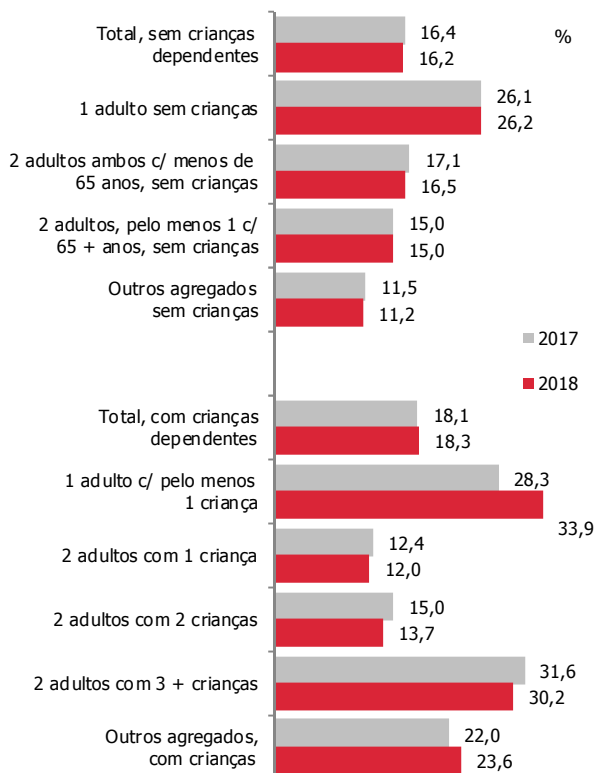
Apesar da população desempregada continuar a diminuir, o aumento da linha de pobreza relativa em 2018 refletiu-se num novo aumento do risco de pobreza para a população em situação de desemprego: de 45,7% em 2017 para 47,5% em 2018.

Por seu turno, em 2018, o risco de pobreza para a população reformada diminuiu, com uma taxa de 15,2%, inferior em 0,5 p.p. em relação a 2017 (15,7%).

O risco de pobreza reduziu-se sobretudo para as famílias sem crianças

Em 2018, o risco de pobreza reduziu-se para os agregados sem crianças dependentes (16,2%, menos 0,2 p.p. que em 2017) e aumentou para os agregados com crianças dependentes (18,3%, mais 0,2 p.p. que no ano anterior).

Figura 4. Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal, 2017-2018



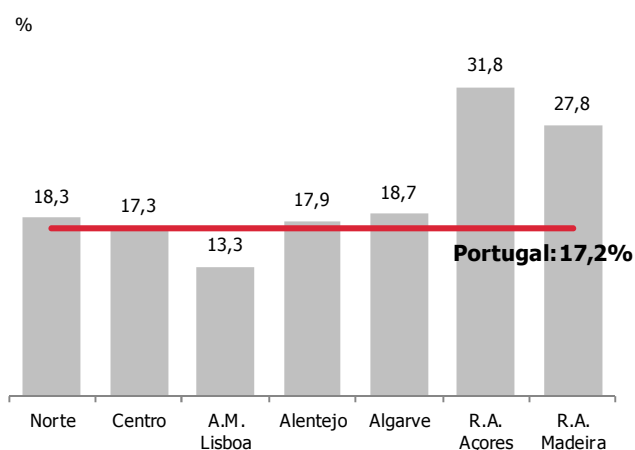
Apesar da redução do risco de pobreza infantil, em 2018, a presença das crianças num agregado familiar continuava a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sobretudo no caso dos agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,9%) e naqueles constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (30,2%). O risco de pobreza para os “Outros agregados, com crianças¹” aumentou de 22,0% em 2017 para 23,6% em 2018.

¹ Agregados constituídos por 3 ou mais adultos com crianças dependentes.

O risco de pobreza continua a ser mais elevado nas regiões autónomas

Em 2018, tal como no ano anterior, apenas a Área Metropolitana de Lisboa tinha uma taxa de risco de pobreza significativamente inferior ao valor nacional: 13,3%, ou seja, menos 3,9 p.p. que o risco de pobreza nacional (17,2%).

Figura 5. Taxa de risco de pobreza, Portugal e NUTS II, 2018



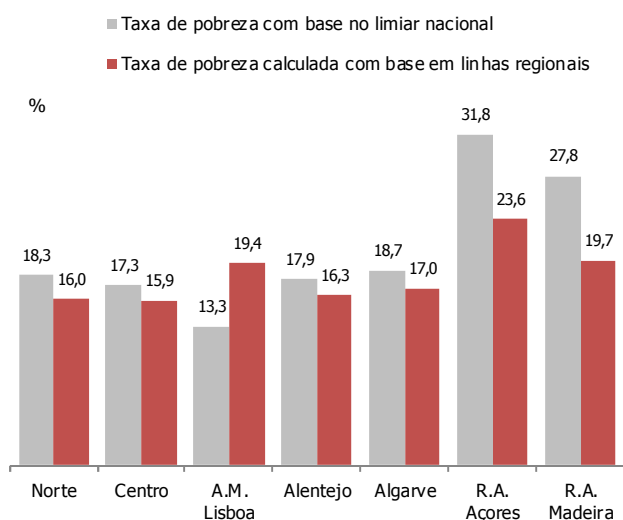
Em contrapartida, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira registavam taxas de risco de pobreza de 31,8% e 27,8%, respetivamente, bastante superiores ao valor nacional.

Esta análise pode ser completada pelo cálculo de linhas de pobreza regionais. Em cada região NUTS II, a linha de pobreza regional corresponde à proporção de habitantes nessa região que vivem com rendimentos monetários disponíveis equivalentes inferiores a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários disponíveis equivalentes dessa mesma região. Com exceção da Área Metropolitana de Lisboa, os limiares de pobreza regionais encontram-se abaixo do limiar de pobreza nacional, refletindo as diferentes condições

socioeconómicas, nomeadamente, diferentes níveis de custo de vida.

A utilização de linhas de pobreza regionais resulta no aumento do risco de pobreza para a região com rendimento mediano superior ao rendimento mediano nacional (19,4%, na Área Metropolitana de Lisboa) e na redução dos riscos de pobreza para as restantes (muito significativa, por exemplo, na Região Autónoma dos Açores, de 31,8%, com base na linha nacional, para 23,6%, com base na linha regional).

Figura 6. Taxas de risco de pobreza (calculadas com base em linhas de pobreza regionais), Portugal e NUTS II, 2018

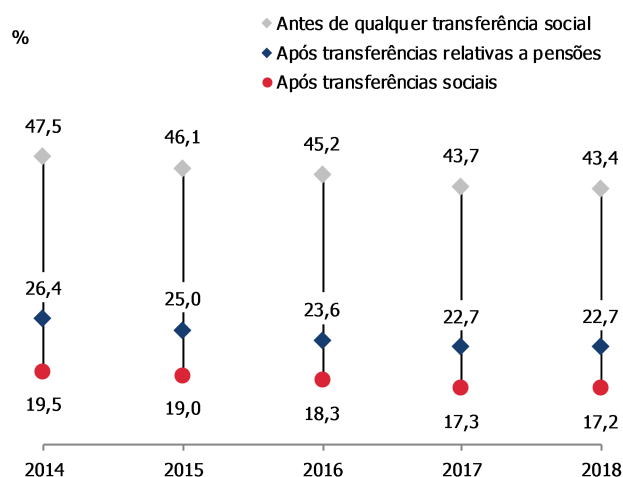


O contributo das transferências sociais para a redução do risco de pobreza foi de 5,4 p.p. em 2018, idêntico ao do ano anterior

Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 43,4% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2018. Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2018 para um decréscimo de 20,7 p.p. no risco de pobreza,

resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 22,7%.

Figura 7. Taxa de risco de pobreza considerando as transferências sociais, Portugal, 2010-2018

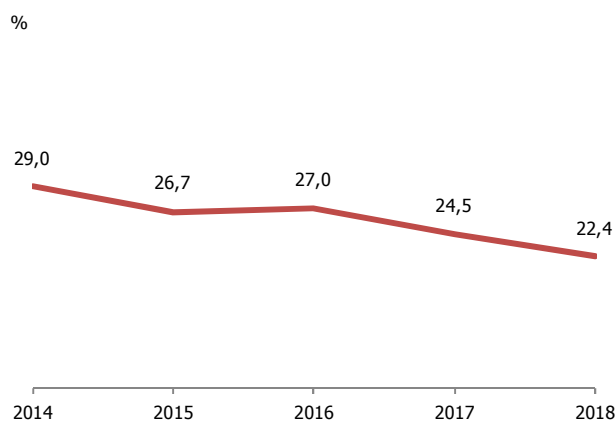


As transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social contribuíram para a redução do risco de pobreza de 5,4 p.p., idêntica à registada no ano anterior.

A taxa de intensidade da pobreza reduziu-se para 22,4%

A taxa de intensidade da pobreza é um indicador do maior ou menor distanciamento do rendimento mediano dos pobres em relação ao limiar de pobreza, medido como percentagem deste último. Em 2018, a taxa de intensidade da pobreza foi de 22,4%, menos 2,1 p.p. que no ano anterior (24,5%), refletido na melhoria relativa do rendimento mediano dos mais pobres.

Figura 8. Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), Portugal, 2014-2018



A desigualdade medida pelo coeficiente de Gini dos rendimentos monetários por adulto equivalente diminuiu em 2018

Apesar dos rendimentos monetários em Portugal continuarem a pautar-se por uma distribuição fortemente assimétrica, dois dos três principais indicadores de desigualdade reduziram-se novamente em 2018, embora de forma menos expressiva que a observada nos anteriores, e o outro manteve o seu valor:

- O rácio S80/S20, que compara o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos, foi de 5,2, igual a 2017;
- O rácio S90/S10, que mede a distância entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos e o rendimento dos 10% da população com mais baixos recursos, foi de 8,6, reduzindo-se em relação ao ano anterior (8,7);

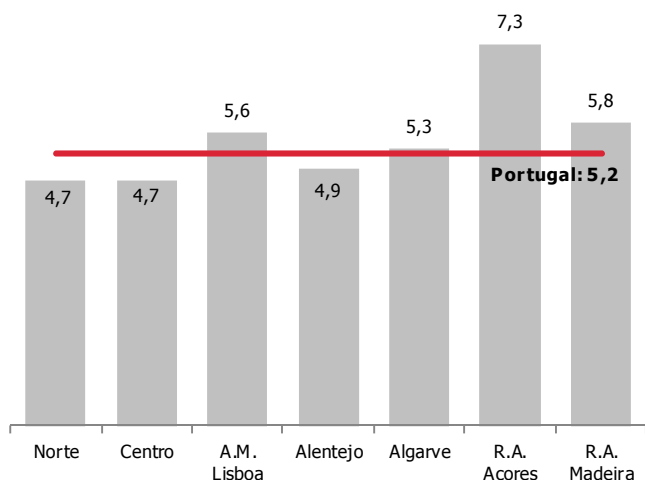
- O Coeficiente de Gini, que tem em conta toda a distribuição dos rendimentos, refletindo as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais, e não apenas os de menores e maiores recursos, registou um valor de 31,9%, menos 0,3 p.p. que no ano anterior (32,1%).

Figura 9. Indicadores de desigualdade do rendimento, Portugal, 2015-2018

	2015	2016	2017	2018
Coeficiente de Gini (%)	33,9	33,5	32,1	31,9
S80/S20 (n.º)	5,9	5,7	5,2	5,2
S90/S10 (n.º)	10,1	10,0	8,7	8,6

Por região, verifica-se que a Região Autónoma dos Açores era aquela com um distanciamento maior entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos e o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos: 7,3, superior à média nacional de 5,2, tal como no ano anterior. Em 2018, a região Centro era a que tinha uma distribuição dos rendimentos menos desigual (4,7).

Figura 10. Desigualdade S80/S20, Portugal e NUTS II, 2018



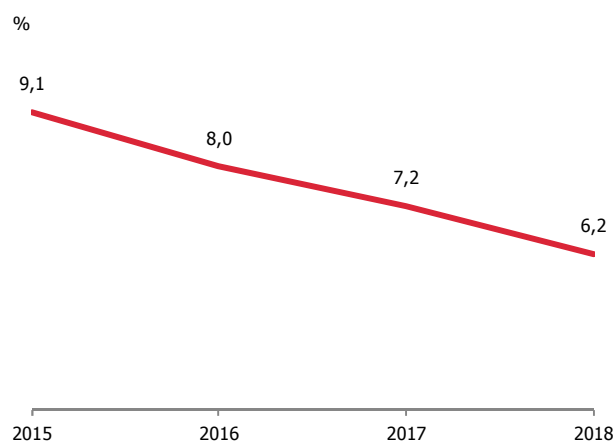
A intensidade laboral *per capita* muito reduzida manteve a trajetória descendente

Para além do rendimento, existem outras condições que podem potenciar o risco de exclusão social de uma família, nomeadamente, o grau de participação dos seus membros no mercado de trabalho.

Consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta dos 18 aos 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

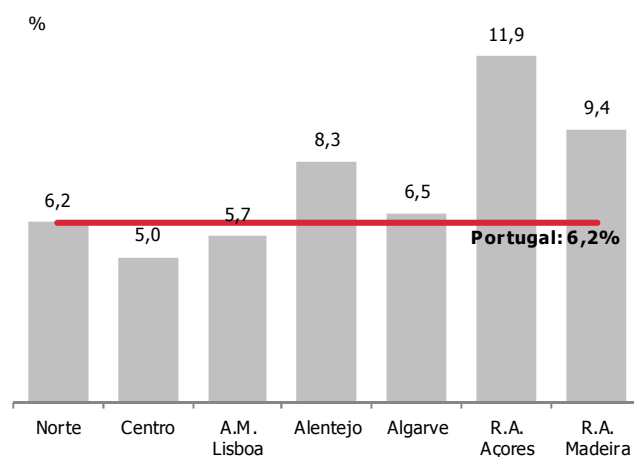
A proporção da população com menos de 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida foi de 6,2% em 2018 (menos 1,0 p.p. que no ano anterior).

Figura 11. Intensidade laboral per capita muito reduzida, Portugal, 2015-2018



Em 2018, existiam duas regiões em que a taxa de intensidade laboral *per capita* muito reduzida era inferior à média nacional, designadamente a Área Metropolitana de Lisboa (5,7%) e a região Centro (5,0%). A proporção de pessoas com menos de 60 anos que viviam em situação de intensidade laboral *per capita* muito reduzida eram mais elevadas nas regiões autónomas (9,4% na Madeira e 11,9% nos Açores) e no Alentejo (8,3%).

Figura 12. Intensidade laboral per capita muito reduzida, Portugal e NUTS II, 2018



A privação material reduz-se em 2019

Os indicadores de privação material baseiam-se num conjunto de nove itens relacionados com as necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, listados na Nota técnica, e que são utilizados para calcular três indicadores distintos:

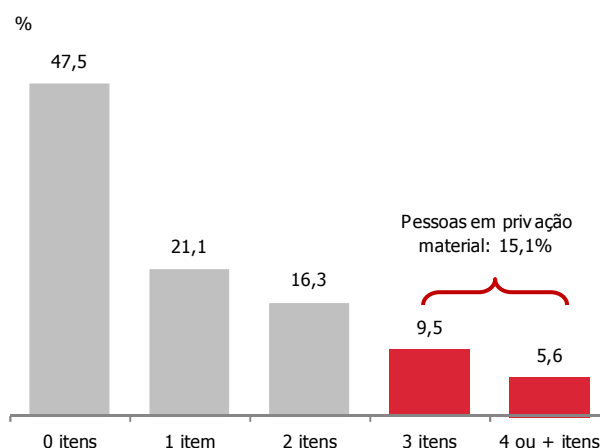
- O indicador geral de privação material, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos três dos nove itens devido a dificuldades económicas;
- O indicador de privação material severa, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos quatro dos nove itens pelas mesmas razões;
- A intensidade da privação material, ou seja, o número médio de itens em falta para esta população em privação material.

Figura 13. Indicadores de privação material, Portugal, 2016-2019

	2016	2017	2018	2019
Taxa de privação material (%)	19,5	18,0	16,6	15,1
Taxa de privação material severa (%)	8,4	6,9	6,0	5,6
Intensidade da privação material (n.º)	3,6	3,6	3,5	3,5

Em 2019, a taxa de privação material dos residentes em Portugal é de 15,1% e a taxa de privação material severa é de 5,6%, mantendo-se a tendência de redução das duas séries. A intensidade da privação material corresponde em 2019 a 3,5, idêntica à registada no ano anterior.

Figura 14. Distribuição da população residente por itens de privação material em falta, Portugal, 2019



Em 2019, para a maioria dos nove itens considerados, reduziu-se a proporção de residentes que referiram dificuldades económicas, destacando-se:

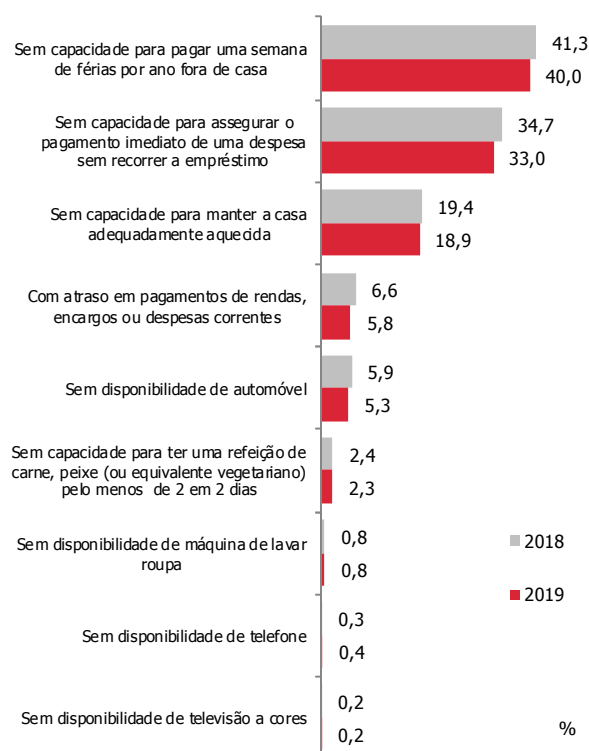
- 40,0% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (menos 1,3 p.p. que em 2018);
- 33,0% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada de 470 euros que corresponde aproximadamente ao valor mensal da linha de pobreza no ano anterior (em 2018, a proporção foi de 34,7%, para uma despesa inesperada de 450 euros²);
- 18,9% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (menos 0,5 p.p. que no ano anterior);
- 5,8% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas,

² Que corresponde aproximadamente ao valor mensal da linha de pobreza obtido no ICOR 2017.

encargos ou despesas correntes (menos 0,8 p.p. que em 2018);

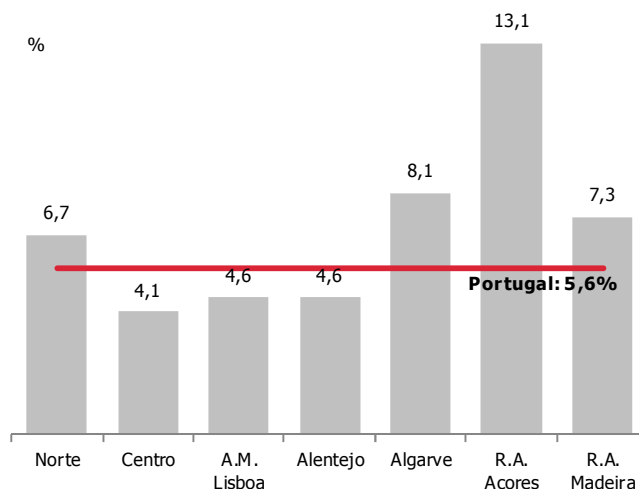
- 5,3% das pessoas vivem em agregados sem disponibilidade de automóvel (menos 0,6 p.p. que em 2018).

Figura 15. Itens de privação material na população total, Portugal, 2018-2019



Em 2019, regista-se na região Centro a taxa de privação material severa mais baixa do país (4,1% dos residentes na região). Tal como para a maioria dos indicadores relativos ao risco de pobreza, é também nas regiões autónomas que se observam os níveis de privação material severa mais elevados (13,1% nos Açores e 7,3% na Madeira), às quais se segue o Algarve (8,1%).

Figura 16. Taxa de privação material severa, Portugal e NUTS II, 2019



A taxa de risco de pobreza ou exclusão social mantém-se em 21,6%

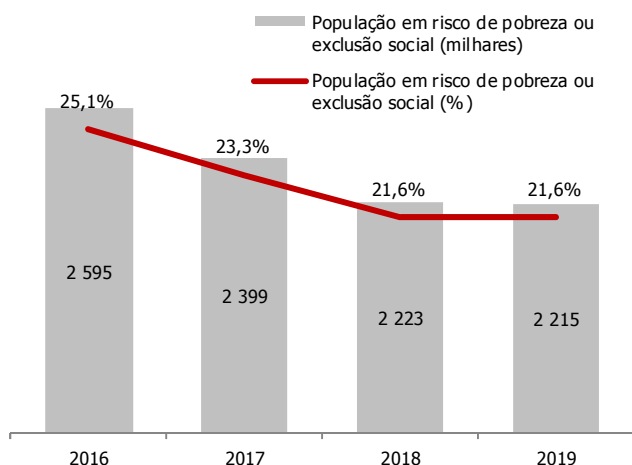
A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020.

Neste âmbito, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga as condições de pobreza relativa – pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza – e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida (ver Nota técnica).

Em 2019, 2 215 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa).

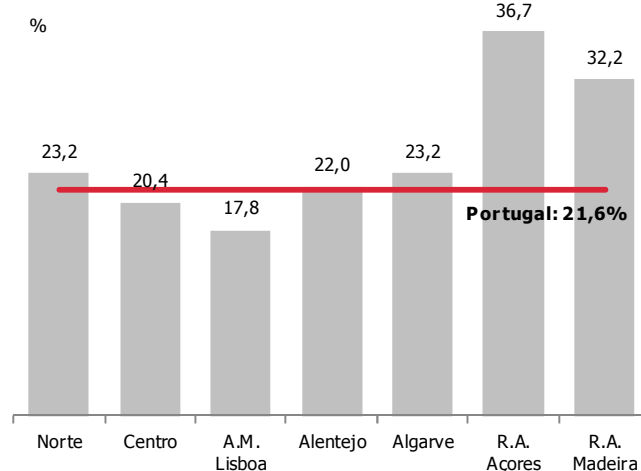
Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social é de 21,6%, idêntica à registada no ano anterior.

Figura 17. População em risco de pobreza ou exclusão social, Portugal, 2016-2019



Como verificado nos três indicadores de base – pobreza, privação material e intensidade laboral reduzida – o risco de pobreza ou exclusão social é bastante mais elevado nas regiões autónomas dos Açores (36,7%) e da Madeira (32,2%).

Figura 18. Taxa de pobreza ou exclusão social, Portugal e NUTS II, 2019



Nota técnica

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2018). Excluem-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

De forma a refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o rendimento líquido foram transformados em rendimento por adulto equivalente, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Os dados sobre privação material respeitam ao ano de realização inquérito (2019).

Coefficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Intensidade da privação material: média de itens de privação material em carência na população em situação de privação material.

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida: consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

População em risco de pobreza ou exclusão social: indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa.

Rácio S80/S20: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

Rácio S90/S10: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de intensidade da pobreza (*Relative at risk of poverty gap*): quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

$$\text{Taxa de intensidade da pobreza} = \frac{\text{Limiar de pobreza} - \text{Mediana do rendimento da população em risco de pobreza}}{\text{Limiar de pobreza}} \times 100$$

Taxa de privação material: proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Taxa de privação material severa: proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em *Taxa de privação material*.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Transferências sociais (excluindo pensões): apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego e combate à exclusão social.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

Em Portugal, a informação é recolhida com periodicidade anual através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês). O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2019, o inquérito dirigiu-se a 15 454 famílias, das quais 13 570 com resposta completa (com recolha de dados sobre 33 081 pessoas; 28 783 com 16 e mais anos). A operação de recolha decorre normalmente no 2.º trimestre de cada ano.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional, com desagregação ao nível NUTS II a partir de 2018. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Os agregados familiares são escolhidos por amostragem estratificada e bietápica a partir de uma base de amostragem de alojamentos familiares. A longitudinalidade da amostra, assim como a limitação da carga estatística sobre os respondentes é assegurada através do estabelecimento de um esquema de rotação anual de quatro subamostras independentes, com substituição de uma delas em cada ano. Assim, cada agregado responde no máximo a quatro entrevistas, garantindo-se a sobreposição de $\frac{3}{4}$ dos respondentes relativamente ao ano anterior.

Até ao ano de 2012 a amostra foi selecionada exclusivamente a partir da Amostra-Mãe, tendo sido assegurada a transição gradual para a nova base de amostragem (constituída a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos – FNA) através das subamostras selecionadas entre 2013 e 2016. A partir de 2016, a amostra anual do ICOR, ou seja, todas as quatro subamostras que a compõem, são selecionadas a partir de uma base de amostragem extraída do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA).

A seleção da amostra seguiu um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico, em que as unidades primárias, constituídas por células da grid INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. São entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

Os resultados estimados são obtidos a partir dos ponderadores de agregado familiar e indivíduo, ajustados de acordo com a distribuição destas unidades por região, dimensão familiar, idade e sexo.

Os resultados definitivos do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento realizado em 2019 serão disponibilizados em maio de 2020.

Anexo

Quadro 1 - Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, 2015-2018

	unidade	2015	2016	2017	2018 (Po)
Limiar de risco de pobreza	€	5269	5443	5607	6014
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)					
Antes de qualquer transferência social ⁽¹⁾	%	46,1	45,2	43,7	43,4
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾	%	25,0	23,6	22,7	22,7
Após transferências sociais ⁽³⁾	%	19,0	18,3	17,3	17,2
Dispersão do limiar do risco de pobreza					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	26,4	25,4	25,3	25,2
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	13,0	12,3	10,8	10,5
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	7,3	7,5	6,0	5,9
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Coefficiente de Gini	%	33,9	33,5	32,1	31,9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	n.º	5,9	5,7	5,2	5,2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	n.º	10,1	10,0	8,7	8,6

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Notas:

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados.

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência.

⁽³⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 2 - Indicadores EUROPA 2020, Portugal, 2016-2019

	2016	2017	2018	2019 (Po)
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	25,1	23,3	21,6	21,6
Taxa de privação material severa	8,4	6,9	6,0	5,6
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	19,0	18,3	17,3	17,2
Intensidade laboral per capita muito reduzida	9,1	8,0	7,2	6,2

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Nota:

O indicador **População em risco de pobreza ou exclusão social** combina indicadores construídos com base num indicador relativo ao ano do inquérito n (Taxa de privação material severa) com informação relativa ao ano de referência do rendimento n-1 (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida).

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 3 - População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2016-2019

Unidade: %

Ano de referência	2016	2017	2018	2019 (Po)
Total	25,1	23,3	21,6	21,6
0-17 anos	27,0	24,2	21,9	22,3
18-64 anos	25,6	23,9	21,6	21,9
65 +anos	21,8	20,7	21,2	20,0
Homens	24,1	22,5	21,0	20,8
0-17 anos	25,7	23,9	21,7	22,1
18-64 anos	25,1	23,4	21,8	21,5
65 +anos	18,9	18,1	18,0	17,2
Mulheres	26,0	24,0	22,1	22,2
0-17 anos	28,4	24,5	22,0	22,4
18-64 anos	26,1	24,3	21,5	22,3
65 +anos	24,0	22,6	23,6	21,9

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 4 - Indicadores Europa 2020, Portugal e NUTS II, 2018-2019

Indicadores Europa 2020	Portugal	Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
2018								
%								
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	21,6	22,8	23,0	16,7	21,1	22,9	36,4	31,9
Taxa de privação material severa	6,0	6,4	4,9	5,8	4,5	6,6	12,0	9,4
Taxa de risco de pobreza após transferências	17,3	18,6	18,6	12,3	16,9	18,6	31,6	27,5
Intensidade laboral per capita muito reduzida	7,2	8,0	6,8	5,5	8,3	6,6	11,8	10,4
2019 (Po)								
%								
Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	21,6	23,2	20,4	17,8	22,0	23,2	36,7	32,2
Taxa de privação material severa	5,6	6,7	4,1	4,6	4,6	8,1	13,1	7,3
Taxa de risco de pobreza após transferências	17,2	18,3	17,3	13,3	17,9	18,7	31,8	27,8
Intensidade laboral per capita muito reduzida	6,2	6,2	5,0	5,7	8,3	6,5	11,9	9,4

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2019

Nota:

O indicador **População em risco de pobreza ou exclusão social** combina indicadores construídos com base num indicador relativo ao ano do inquérito n (Taxa de privação material severa) com informação relativa ao ano de referência do rendimento n-1 (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida).

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 5 - Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, 2015-2018

Unidade: %

Ano de referência	2015	2016	2017	2018 (Po)
Após transferências sociais				
Total	19,0	18,3	17,3	17,2
0-17 anos	22,4	20,7	19,0	18,5
18-64 anos	18,2	18,1	16,7	16,9
65 +anos	18,3	17,0	17,7	17,3
Homens	18,2	17,8	16,6	16,6
0-17 anos	21,2	20,6	18,4	18,2
18-64 anos	18,0	17,8	16,5	16,5
65 +anos	16,0	15,2	14,9	15,1
Mulheres	19,6	18,7	17,9	17,8
0-17 anos	23,7	20,7	19,5	18,7
18-64 anos	18,4	18,4	16,8	17,2
65 +anos	19,9	18,3	19,7	18,9

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 6 - Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, 2015-2018

Unidade: %

Ano de referência	2015	2016	2017	2018 (Po)
Total, sem crianças dependentes				
Total, sem crianças dependentes	16,8	16,9	16,4	16,2
1adulto sem crianças	26,3	25,4	26,1	26,2
1adulto com menos de 65 anos, sem crianças	23,9	25,0	23,9	25,8
1adulto com 65 +anos, sem crianças	28,1	25,6	27,7	26,5
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16,0	18,1	17,1	16,5
2 adultos, pelo menos 1c/ 65 +anos, sem crianças	16,4	15,5	15,0	15,0
Outros agregados, sem crianças	12,8	12,5	11,5	11,2
Total, com crianças dependentes				
Total, com crianças dependentes	21,0	19,7	18,1	18,3
1adulto c/ pelo menos 1criança	31,6	33,1	28,3	33,9
2 adultos com 1criança	15,0	12,4	12,4	12,0
2 adultos com 2 crianças	17,0	16,9	15,0	13,7
2 adultos com 3 +crianças	42,7	41,4	31,6	30,2
Outros agregados, com crianças	24,7	23,1	22,0	23,6

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Notas:

São consideradas como "crianças dependentes" todas as pessoas com menos de 18 anos, bem como aquelas entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 7 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo, Portugal, Portugal, 2015-2018

Unidade: %

Ano de referência	2015	2016	2017	2018 (Po)
Empregado	10,9	10,8	9,7	10,8
Homens	11,3	11,2	10,4	11,0
Mulheres	10,5	10,4	9,0	10,6
Sem emprego	25,4	25,1	24,8	24,2
Homens	24,5	24,6	23,5	23,6
Mulheres	26,1	25,5	25,8	24,7
Desempregado	42,0	44,8	45,7	47,5
Homens	44,5	47,1	47,4	52,9
Mulheres	39,4	42,5	44,1	42,7
Reformado	16,0	15,1	15,7	15,2
Homens	15,6	14,5	14,3	14,7
Mulheres	16,3	15,6	16,9	15,6
Outros inativos	31,2	32,3	30,8	31,0
Homens	26,0	32,1	29,9	28,7
Mulheres	33,5	32,4	31,2	32,0

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Nota:

Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 8 - Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, Portugal, 2015-2018

Unidade: %

Ano de referência	2015	2016	2017	2018 (Po)
Total	26,7	27,0	24,5	22,4
0-17 anos	28,7	30,2	26,1	24,8
18-64 anos	29,3	30,2	26,4	24,6
65 +anos	18,0	15,4	16,4	15,8
Homens	27,1	27,4	25,2	23,2
0-17 anos	29,1	28,6	26,8	24,5
18-64 anos	29,2	30,7	26,8	26,3
65 +anos	16,6	14,4	16,0	15,4
Mulheres	26,5	26,5	24,0	22,1
0-17 anos	26,9	32,6	24,4	26,1
18-64 anos	29,4	29,9	26,0	23,1
65 +anos	19,1	15,7	16,5	16,3

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2016-2019

Sinal convencional:

Po - Valor provisório

Quadro 9 - Coeficiente de Gini, Portugal e NUTS II, 2017-2018

Unidade: %

Coeficiente de Gini	2017	2018 (Po)
Portugal	32,1	31,9
Norte	30,3	30,1
Centro	31,3	30,2
A.M. Lisboa	32,8	32,8
Alentejo	28,9	31,0
Algarve	32,2	31,5
R. A. Açores	37,9	37,6
R. A. Madeira	33,2	33,5

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2018-2019

Sinal convencional:

Po - Valor provisório